

## AUSCULTAR VESTÍGIOS: A ESPECIFICIDADE SIGNIFICANTE DO SILÊNCIO NA DIVISÃO DO TRABALHO SEMÂNTICO

Maurício Beck<sup>1</sup>

Iago Moura Melo<sup>2</sup>

### Provocações epistemológicas

Talvez não seja exagerado afirmar que, tendo herdado uma certa teoria da ideologia, a Análise de Discurso não extrapola o projeto de cunho histórico materialista que visaria compreender como as condições materiais de existência podem encontrar nos efeitos de sentidos discursivos a sua alusão (real do antagonismo) via ilusão. Ora, já em *Interpretação dos Sonhos* (2012, [1900]), de Freud, referência para Althusser teorizar sobre o funcionamento da ideologia pelo prisma da interpretação onírica, o trabalho do sonho é entendido como um modo de camuflar o desejo para que este possa voltar à cena. A interpretação psicanalítica tratava, por conseguinte, de tornar patente o que era latente no relato do onírico. Eis aí um programa de desvelamento em que, segundo Rouanet:

[...] no plano social, filogenético como ele [Freud] diria, existe a utopia de uma sociedade totalmente transparente para si mesma. É utópico porque nunca a sociedade será totalmente transparente para si mesma, e, no entanto, a psicanálise, no plano coletivo, no plano social, não pode deixar de se colocar esse ideal. Ele também disse isso no *Mal-Estar na Civilização*, que um dia será possível ao homem renunciar aos mecanismos de defesa, como o recalque, por exemplo (um mecanismo infantil de fuga), e a sociedade passe a ser regida por Logos! Quando a razão assumir o comando, o controle social e a regulamentação pulsional se farão através da organização racional da sociedade. Isso é realizável? Obviamente que não. Então temos duas utopias: no plano individual, a utopia de um psiquismo transparente para si mesmo, e, no plano social, a utopia de uma sociedade regida pela razão. Duas coisas inatingíveis e irrenunciáveis (ROUANET, 2004).

Em outro momento (BECK, 2019), buscamos extrair algumas consequências da constatação destas duas inatingíveis e irrenunciáveis: a sua renúncia redundaria ou na reprodução de uma razão cativa (ROUANET, 1985) ou na anuência (crítica, mas conformada) para com uma razão cínica (SLOTERDIJK, 2012, [1983]). Há de se admitir: uma teoria da opacidade do sujeito e da história, como a de Althusser ou a de Pêcheux, não escaparia ao impasse do inatingível irrenunciável. Com efeito, tal perspectiva o deflagra e nos lança em confronto com um mal-estar teórico: se a razão de ser da teoria é a de jogar luz na opacidade que ela mesma postula, o próprio desvelamento da camuflagem configura o irrenunciável conhecimento da

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do Coletivo Contradit (Coletivo de Trabalho - Discurso e Transformação). Graduado em Psicologia pela Unijuí, mestre e doutor em Letras (Estudos Linguísticos) pelo PPGL da UFSM. E-mail: pardalbeck@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8681-1626>.

<sup>2</sup> Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Letras (UESC). Bacharel em Direito (UESC) e Advogado (OAB/BA). É membro do Grupo de Estudos Discursivos (GED/UESC), do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP) e do Coletivo Contradit (Coletivo de Trabalho - Discurso e Transformação). E-mail: immsantos@uesc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2144-0948>.

opacidade do objeto. A plena transparência do laço social é, por sua vez, o inatingível irrenunciável situado no cerne do projeto teórico-analítico (e político) de explicitação do funcionamento do ideológico em imbricação com o discursivo.

Entretanto, o inatingível irrenunciável do projeto da Análise de Discurso se adensa em outra questão incontornável e imperdoável: a constatação da não exterioridade radical da teoria em relação à instância ideológica. Eis um problema que diz respeito às inúmeras ciências, costumeiramente enquadradas como humanas e sociais: se as práticas científicas contêm vieses ideológicos, como demarcar uma distinção entre ideologia e teoria? Questão do corte epistemológico e corte continuado em um trabalho (de retificação) sem fim, *a la* Sísifo.

Um modo de melhor expressar a problemática resultante é o chamado paradoxo de Mannheim (1982, [1960]): se todo discurso é ideológico, seria possível haver algo diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia? O paradoxo produziria um efeito de *looping* infinito ou de *oroboro*, em que o conceito acaba devorado pelo seu próprio referente. Em outras palavras, o paradoxo de Mannheim (1982, [1960]) seria o indício de que haveria uma equipolência<sup>3</sup> entre teoria e ideologia, resultando em certo impasse epistêmico.

Segundo o estudioso da metaficção, Gustavo Bernardo (2010, p. 61), devemos recordar que “uma ideologia é uma ficção esquecida de sua origem ficcional”. Aproveitamos o ensejo, desta aproximação conceitual no âmbito dos estudos literários, para retomarmos a “célebre suspensão amorosa da descrença” (2010, p.99), de Coleridge, e propormos um paralelo entre a imersão pela via da leitura de uma ficção e a vivência cotidiana que se deixa embalar pelas experiências primeiras, a evidência de que uma palavra significa uma coisa, isto é, a interpretação via dispositivo ideológico (ORLANDI, 2004).

Em um segundo nível, ainda para Bernardo (2010, p.99), teríamos uma “‘suspensão da suspensão da descrença’ para entendermos o funcionamento do processo que não só faculta como provoca a suspensão da descrença do primeiro nível.” Em Análise de Discurso, esse segundo nível corresponderia ao trabalho do analista que, por meio do seu dispositivo teórico-analítico, desvela a camuflagem do funcionamento do mecanismo de produção de evidências.

Há, entretanto, um terceiro nível para Bernardo: “o da ‘suspensão da crença’: da crença nos mapas, nas explicações, nos sistemas, na teoria, na filosofia, na ciência. Esse exercício de suspensão da crença é vertiginoso, mas necessário, caso contrário reificamos nossa teoria.” (BERNARDO, 2010, p. 99). Se compreendemos que a teoria perdeu quaisquer sacralidades de majestade (ou de ciência régia), se ela está sujeita à falhas, por efeito de vieses ideológicos, é porque, não podemos esquecer, Pêcheux nunca deixou de labutar em retificações teóricas. A inquietude epistemológica, a humildade e a honestidade de suas autocríticas, aliás, são ímpares. Entretanto, reconhecer que a teoria não é imune ao ideológico não significa

---

<sup>3</sup> Tomamos emprestado a Sexto Empírico a definição de equipolência. “Dizemos [ser] ‘equipolência’, a equidade quanto à convicção e a não convicção, como se para não indicar qualquer um dos discursos em conflito como mais convincente. A suspensão do juízo é o estado mental por meio do qual nem aderimos e nem assumimos algo” (SEXTO EMPÍRICO, Esboços pirrônicos, I, 10).

menor rigor metodológico, nem deixar se embalar em um sono dogmático frente aos impasses e paradoxos de ordem epistemológica, pelo contrário.

Voltemos um passo atrás, para saltar mais adiante: como afinal escapar ao oroboro do paradoxo de Mannheim? Beck, Fonseca e Santos (2019), propuseram que, se a ideologia é compreendida como mecanismo de produção de evidências, por efeito de saturação de *um* sentido, suposto como o sentido, uma prática discursiva diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia precisaria funcionar de modo diverso. Como nos explana Pierre Clastres (1990, [1974]), para o pensamento guarani “o mal é o Um”, o bem é “isto ao mesmo tempo que aquilo”. Ora, em procedimentos de análise de discurso suspendemos a saturação de um sentido, tido como o evidente, e desvelamos a dimensão polissêmica da linguagem, levando em conta sua exterioridade. Enxertamos suspeitas sobre os efeitos de sentido em dados recortes de análise, ao relançar a questão: por que estes sentidos, por que não outros? Com isso, mesmo que muito pontualmente, abrimo-nos à polissemia (não-Um), pela suspensão da univocidade. Eis, talvez, aí um modo de funcionamento de outra ordem.

### **Silenciamento e resistência homossexual no Brasil da abertura**

Nos anos setenta do século XX tem lugar, no Brasil, a dita abertura política. O silêncio local, nos moldes propostos por Eni Orlandi (1997[1992]), transforma-se em seu modo anacrônico de calar o possível, em nossa leitura<sup>4</sup>. Isso altera o que convém chamarmos a passabilidade dos sentidos, em se tratando da circulação dos dizeres e dos sujeitos neles significados<sup>5</sup>. A língua-de-espuma se regionaliza, hipótese que fizemos em (SANTOS; BECK, 2019), sob a pretensão de (des)significar sujeitos e sentidos moralmente subversivos. Podemos aí compreender as clivagens do político em sua relação com a política autoritária do período. É desde esse horizonte que nos propomos a compreender a especificidade significativa do silêncio, num primeiro momento.

O discurso que hospedou os enunciados desde os quais foi possível significar a pretensa abertura política como “lenta, gradual e segura”, funcionou simultaneamente com a intensificação das práticas discursivas de controle moral, práticas essas que dividiram o político pelo censório, trabalhando sentidos e sujeitos homossexuais como subversivos morais. Podemos pensar em como a proposta de redemocratização não satisfaz os latifundiários, a igreja católica, a classe empresarial. Os sentidos do político, ou melhor, de política, em relação ao censório, foram, então, em certa medida, “negociados”. A despeito da promessa de novos ares pelo incipiente processo de redemocratização, a censura moral e a

---

<sup>4</sup> Compreendendo a relação entre silêncio e temporalidade, é que afirmamos que o tempo da censura (silêncio local) funciona pela anacronia. Trata-se de gesto de leitura gestado previamente (SANTOS; BECK, 2019), embora ainda não estivesse formulado dessa maneira.

<sup>5</sup> Nos espaços significantes em que circulam dizeres de corpos dissidentes, a palavra passabilidade vem regularmente significar a possibilidade de passar, ou ainda transitar, sem ser notado, como um corpo cis e/ou heterossexual autêntico. Propomos aqui fazer funcionar a palavra como conceito no âmbito de nossa prática teórico-analítica, de modo a convocar “passabilidade” a ocupar o lugar tradicional de “circulação” em AD, havendo-a enquanto modo de trânsito de dizeres de/sobre corpos dissidentes, no caso específico, de sujeitos homossexuais.

perseguição institucionalizada a homossexuais seguiam firmes. Os sentidos moralmente subversivos, assim, não passavam livremente, sendo cooptados pela língua-de-espuma, que deixava de tentar conter o estritamente político para conter “o político” no moralmente subversivo. Sentidos politicamente subversivos, pelo menos de um prisma estritamente político, tornam-se formuláveis ou alvo da autocensura; enquanto que sentidos moralmente subversivos foram interditados. A ditadura permaneceu, nos termos de Renan Quinalha (2017), na moral e nos costumes.

Ratificando os estudos de Orlandi (1997[1992]) sobre o funcionamento da censura na ditadura militar brasileira, enfatizamos: não há, como não houve no aludido período, censura sem resistência. Embora a censura já tivesse se instalado no cotidiano de todo brasileiro, pelo que “[...] cada um experimentava, na sua própria intimidade, os limites do dizer [...]” (ORLANDI, 1997[1992], p. 114), isso não impediu que se estabelecessem formas muito variadas de comunicação e de resistência, de que é exemplo o *Lampião da esquina*, jornal guei que constituiu veículo de discurso urbano, fazendo transpirar sentidos moralmente subversivos e contestando a censura moral do período, a medida em que produziu um falar sobre o confronto entre o simbólico e o político na cidade.

No *Lampião*, em sua edição experimental, datada de 1978, a imagem de “gueto” aparece como sintoma dos silêncios sobre a identidade do sujeito homossexual, que atuavam pelo funcionamento censório da língua totalitária do regime militar. O tabloide circulou um discurso sobre (MARIANI, 1996) a censura moral que constituía os sujeitos homossexuais, a medida em que constituiu resposta à (universal) injunção a interpretar a condição de silenciamento que os determinava: a guetização. Ao falar a respeito do discurso-origem – no caso, o discurso totalitário do regime militar de perfil castrador, no que concerne às sexualidades heréticas – o discurso sobre a censura moral atuou na institucionalização de sentidos, da memória, contribuindo, inclusive, no rearranjo de seus trajetos. O editorial da aludida edição foi denominado “Saindo do gueto”. Dele, recortamos o seguinte enunciado para pensar a especificidade significativa do silêncio: “Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador [...]”. No enunciado recortado, os sujeitos do discurso textualizam um gesto de resistência ao silenciamento a que se viam encapsulados pela língua-de-espuma falada durante o regime. Nele, chocam-se duas materialidades significantes: o discurso sobre o silêncio e o silêncio que o constitui/censura.

### **Auscultar vestígios**

Convocando, novamente, o que desenvolvemos em Santos e Beck (2019), propomos pensar a ausculta analítica como a face do dispositivo discursivo de compreensão voltada à significância do silêncio, considerado em sua típica espessura material; ao passo que a dimensão da escuta cuida especificamente do funcionamento do dito. Tais faces do dispositivo discursivo articulam-se na forma de um batimento (escuta/ausculta). No aludido trabalho, ainda, propusemos compreender a ideologia tal como o rio do

esquecimento, *Rio Lete* na mitologia grega<sup>6</sup>, cujo funcionamento se desdobra na conjugação de três margens, a saber: a da língua, a do discurso e a do silêncio. Concebemos como produtiva a metáfora extraída do conto “A terceira margem do rio”, que emprestamos a Guimarães Rosa (1988), para caracterizar o que, então, designamos divisão do trabalho semântico.

Para nós (SANTOS; BECK, 2019), a língua, como a base material de processos discursivos (segunda margem), é a primeira margem do rio ideológico. O silêncio, de outra parte, havido como o real do discurso, constitui a terceira margem da significação, o lugar mesmo do não-Um, do impossível que se faz possibilidade pela língua. A metáfora do rio também nos ajuda a pensar o funcionamento da memória, cujo fluxo combina esquecimento e lembrança, já que, conforme a mitologia grega, ao banhar-se nas águas do *Rio Lete* (ideologia), o sujeito seria dividido pelo esquecimento. Frente a essas questões, perguntamos: se desnaturalizamos, pela via da análise, um dado discurso, remetendo-o à polissemia de sua materialidade; como se dá essa “abertura” ao não-Um, em se tratando do silêncio como materialidade significativa específica? Ou ainda, sendo o silêncio o avesso da linguagem, como proposto por Orlandi em seus trabalhos, pode-se nele supor um reverso em relação ao funcionamento da ideologia? Esse é, então, o ponto em que o real do discurso esbarra com o real não homogêneo da própria AD, fazendo com que compareça o terreno problemático da epistemologia e as questões que nele são agenciadas.

Nesse sentido, a escuta discursiva, tal como tradicionalmente concebida, pode ser conduzida à dobra do dizer, guardando em relação a ela obediência, convolvendo-se enquanto ausculta do ser, isto é, do silêncio fundante. Se o silêncio é simultâneo ao discurso, isto é, se o dito e o não dito se encontram em suas distintas materialidades, pensamos que também o ofício analítico deve responder a tais, a partir do batimento escuta/ausculta. Desta maneira, talvez, possamos jogar com o irrenunciável em jogo na compreensão que fazemos da opacidade: abrir o Um à polissemia é, de algum modo, reinscrevê-lo no não dizer, isto é, no lugar mesmo do não-Um. Desse modo, muito mais que “jogar luz” sobre objetos opacos, trataríamos da conciliação problemática do dito com o não-dito, jogando (com) o dito no silêncio. A pergunta: por que esses sentidos e não outros? Convola-se assim em: por que esses silêncios e não outros? Mencionemos que, como nos diz Orlandi (2017, p. 10), “[...] a parte voltada ao silêncio é, sempre, em qualquer conjuntura histórico-social, mais importante do que o que se diz”.

O silêncio marca divisão, mas também existe já sempre como não-Um necessário para que o Um imaginário possa se constituir. Isso porque ele, o silêncio, significa de formas distintas. Assim, parece haver algo de potente no silêncio em relação ao dizer, algo que insista em não se dobrar ao ideológico, enquanto condição mesma para que se possa aludir ao real do antagonismo. Compreendendo a significância do silêncio em relação ao impossível/irrenunciável da AD, podemos ainda postular que o próprio trabalho analítico de tratar do não dito em relação ao *corpus* implica considerar que a análise mesma já se coloca diante dele duma certa maneira, isto é, parte do silêncio fundante para dizer, ao tempo que é constituída no

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que, na história da filosofia ocidental, o conceito de verdade como “mostrar” se aloja na metáfora do *Rio Lete*, de onde o verdadeiro se identifica ao lembrado, mostrado ou ainda iluminado, estando a dimensão do esquecimento esquecida e dissimulada diante do primado do que se manifesta.

calar de outros gestos. Nesse sentido, o silêncio também toma parte, e é parte, do impossível irrenunciável da teoria. A análise, então, ocupada ou não do não dizer, sempre tateia um não dizer necessário em relação ao objeto, que funda a compreensão e constitui o próprio batimento descrição/interpretação. O silêncio atravessa e constitui o dizer/objeto a um só tempo que o dizer/conceito, delineando os impossíveis da teoria. É porque a ciência interpretativa do discurso é também um discurso, e por isso é mesmo interpretativa, que o silêncio afeta/constitui o corte epistemológico enquanto corte continuado, pelo que o dizer teórico nunca se estabiliza, mas cala outros modos de conceituar. Sob outros sentidos, a um impossível específico que se coloca ao dizer analítico. Lembremos, ainda, a partir de Herbert (1995[1967]), que para que se proceda ao corte epistemológico, é necessário *silenciar* sentidos evidentes, marcar pontos de não retorno em relação a eles, e, na fase interna, de teste de coerência dos conceitos, *calar* os idealismos que não cessam de se inscrever nos domínios do “verdadeiro”.

Retomando, então, as muitas formas do silêncio, podemos dizer que as políticas do silêncio devem ser remidas à passagem do fundante, aos signos de sua ausência, em que reside sua abertura ao não-Um. A terceira margem se liga ao rio, tal como o dizer à Ideologia, mas a um só tempo é também o seu ponto de real, lugar onde o rio não existe e acaba. De modo semelhante ocorre com o silêncio como apraxia/afasia. Ele resiste ao Um do dizer e assim o fura, desestabiliza. Entretanto, o silêncio nunca é apreensível como tal, exige a mediação da palavra, ou, dizendo de outra maneira, o real é tateado pela via da ilusão/alusão. É parte do irrenunciável da teoria, em que a Ideologia já sempre está implicada. Por mais que o reverso da linguagem traga a promessa do fora, ele é também signo da clausura de nossas posições-sujeito, seja(m) a(s) de analista(s) de discurso, seja(m) a(s) de não-analista. Para nós se reserva, como sempre nos foi dito sobre as exterioridades, tratar do fora para e pelo dentro. Aqui, esbarramos especificamente com o silêncio tomado como um dos pontos de real que afeta a prática analítica.

## REFERÊNCIAS

- BECK, Maurício. A polis acadêmica: do algoritmo e do sentido no trabalho científico. *Traços de Linguagem*, v.3, n.1, p. 98–108, 2019.
- BECK, Maurício; FONSECA, Rodrigo Oliveira; SANTOS, Aretuza Pereira dos. Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 19, n. 1, p.153-171, jan./abr. 2019.
- BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Ilustrações de Carolina Kaastrup. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Tradução La société contre L'État. Recherches d'anthropologie politique, 1974.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre,RS: L&PM, 2012. Tradução de Die Traumdeutung, 1900.
- HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina M.R. Zuccolillo, Eni P.Orlandi e José H. Nunes. *Rua*, Campinas, n. 1, p.63-89, 1995. Tradução de: Pour une théorie générale des idéologies, 1968.

- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Tradução de Ideology and Utopia: an Introduction to the Sociology of Knowledge, 1960.
- MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de estudos da linguagem, Universidade de Campinas. São Paulo, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997[1992].
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Alarido e silêncio. *Revista linguagem*, v. 3, p. 6-17, 2017.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Públicas) – Universidade de São Paulo, 2017.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Dupla Utopia Psicanalítica. *Percurso*, n. 33, 1 sem. 2004. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs33/33Entrev.htm>. Acesso em: 03 mar.2019.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANTOS, Iago Moura Melo dos; BECK, Maurício. Vestígios do silêncio. *Rua*, v. 25, n. 1, 26 jun. 2019.
- SEXTO EMPÍRICO. *Esboços Pirrônicos I*, 1-30, bilíngue grego/português e espelhada. Tradução de Rodrigo Pinto de Brito. Disponível em: <http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2018/05/Esbo%C3%A7os-pirr%C3%B4nicos-1.1-30-Tradu%C3%A7%C3%A3o-espelhada-e-introdu%C3%A7%C3%A3o-Rodrigo-Pinto-de-Brito.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019
- SLOTEDIJK, Peter. *Crítica da Razão Cínica*. Tradução de Marco Casanova, Paulo Soethe, Pedro Costa Rego, Maurício Mendonça Cardozo e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, 2012. Tradução de Kritik der zynischen Vernunft, 1983.